

Veículo: CORREIO BRAZILIENSE	Editoria: OPINIÃO	Página: 26	Data 11/03/10
Tipo: JORNAL	Assunto:		

VISÃO DO CORREIO

Vitória na OMC é insuficiente

A arrogância com que os Estados Unidos desrespeitam as regras do direito comercial internacional é histórica. A maior economia do planeta não mede esforços na defesa de seus produtores e exportadores, seja impondo barreiras a produtos estrangeiros, seja concedendo subsídios à produção local. Esse é um dos motivos porque, desde 2001, estão praticamente travados os debates em torno da liberalização do mercado global, com seguidas frustrações da Rodada Doha.

Nos últimos anos, a crise financeira originada nos EUA agravou o problema. A retração no intercâmbio recrudescceu a resistência a mudanças, favorecendo o protecionismo. Nesse cenário, a recente vitória brasileira na Organização Mundial do Comércio (OMC), num contencioso iniciado em 2002 em defesa do setor algodoeiro nacional, tem inegável mérito, mas pouco resultado prático.

Primeiro, o reconhecimento da ilegalidade da subvenção norte-americana aos produtores locais foi solenemente ignorado e os subsídios mantidos. O Brasil insistiu na ação, recorreu pelo direito de retaliar e terminou bem-sucedido. Está autorizado a aplicar sanções de até US\$ 829 milhões como compensação pelas distorções de preços provocadas pela ajuda governamental ao setor. A questão está no duvidoso poder de força da retaliação. Afinal, se os americanos absorvem cerca de 20% da nossa pauta de exportações, para eles isso representa menos de 2% das importações.

Mais: mesmo tendo perdido para Pequim em 2009 o posto de principal

parceiro comercial de Brasília, não se vislumbra hipótese em que Washington deixe de ser estratégico aos interesses do desenvolvimento brasileiro. Até porque a diferença na corrente comercial foi mínima, de US\$ 36,1 bilhões com a China e US\$ 33,9 bilhões com os Estados Unidos. Vale ressaltar, num contexto em que o epicentro da crise estava no quintal do gigante americano.

Fosse a decisão da OMC em sentido contrário, não haveria dúvida quanto aos danosos efeitos que surtiria na economia nacional. De cá para lá, poderá causar alguma irritação. E só. O presidente Lula fala em soberania, respeito, igualdade de condições. São conceitos que as Nações Unidas estão longe de conseguir impor. Menos ainda uma nação emergente em embate com a mais poderosa de todas as demais. Será um avanço se a pendenga tomar o rumo da justa negociação.

Por aí é que o Brasil deve insistir. O país é dos mais frequentes — se não o principal — apelantes da OMC. Demonstra respeito às regras e organismos internacionais. No caso presente, foi além. Num gesto de boa vontade, abriu 30 dias de prazo para que os EUA tomem a iniciativa de compensá-lo por conta própria. Se preciso, poderá endurecer o jogo, dirigindo as sanções para as áreas de serviços e propriedade intelectual. Espera-se que não seja necessário. Manter laços estreitos é interesse mútuo. Mais que isso, aos congressistas americanos, que deverão rever a lei agrícola nos próximos dois anos, está dada a chance de sinalizar ao mundo se pretendem mantê-la ou não na ilegalidade.